



# 1 Conjuntura Socioeconômica

## 1.1 Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

## 1.2 Cenário Econômico Nacional

No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa de Investimento. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho e saneamento.

### *Produto Interno Bruto Nacional*

O Produto Interno Bruto – PIB representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo. É o somatório dos valores gerados pelos três setores que compõem a economia – Agropecuária, Indústria e Serviços.

Segundo dados do IBGE, o PIB em 2015 sofreu contração de 3,8% em relação ao ano anterior. Em 2014, o PIB havia ficado praticamente estável (+0,1%). No acumulado do ano ele totalizou R\$ 5.904,3 bilhões em valores correntes. Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R\$ 263,6 bilhões, a Indústria R\$ 1.149,4 bilhões e os Serviços R\$ 3.642,3 bilhões.

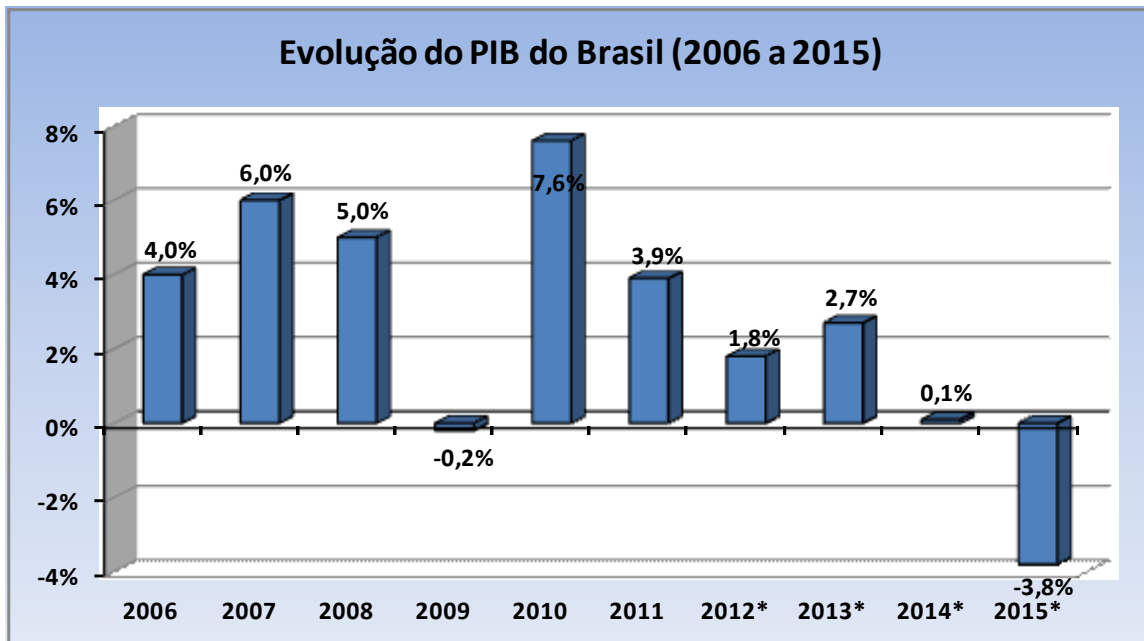
Em decorrência desta queda, o PIB *per capita* alcançou R\$ 28.876 (em valores correntes) em 2015. O PIB *per capita* é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2006 e 2015<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Com a publicação do SNA 2008, foram introduzidas algumas modificações conceituais que impactaram os resultados dos agregados econômicos em geral e, especificamente, do Produto Interno Bruto - PIB.

Em 2011, o IBGE iniciou os trabalhos de concepção e compilação do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010. Em função do trabalho de implantação da série do referido sistema, no período de 2010 a 2014 os resultados das Contas Nacionais Trimestrais valeram como informações oficiais. Com a divulgação dos resultados anuais definitivos para os anos de 2010 e 2011 da série do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010, as séries das Contas Nacionais Trimestrais são agora revisadas em todos os



Fonte: IBGE

Nota: (\*) Dados preliminares

A queda do PIB em 2015 (redução de 3,8% em relação a 2014) resultou do recuo de 3,3% do Valor Adicionado a preços básicos e da contração de 7,3% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O recuo dos impostos reflete, principalmente, a redução em volume de 17,1% do Imposto de Importação e de 13,9% do IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) – decorrente, em grande parte, do desempenho negativo da Indústria de transformação e das importações no ano. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (1,8%), Indústria (-6,2%) e Serviços (-2,7%).

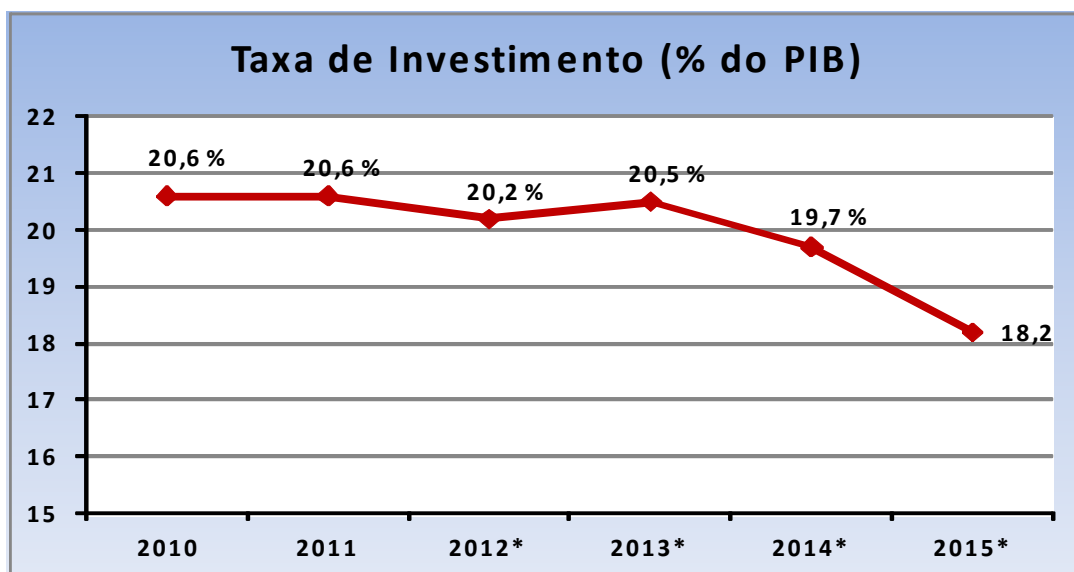
### ***Taxa de Investimento***

Outro indicador relevante é a Taxa de Investimento. Ela é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), onde a FBCF representa os acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados a cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

O gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2010 e 2015.

---

trimestres dos anos de 2012 e 2013, além dos três primeiros trimestres de 2014. Ademais, as séries trimestrais (referência 2010) foram retropoladas até 1995.



Fonte: IBGE

Nota: (\*) Dados preliminares

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2015 foi de 18,2% do PIB, apresentando uma queda em relação a 2014 e à tendência dos últimos cinco anos.

### 1.3 Cenário Socioeconômico Estadual

#### 1.3.1 População

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

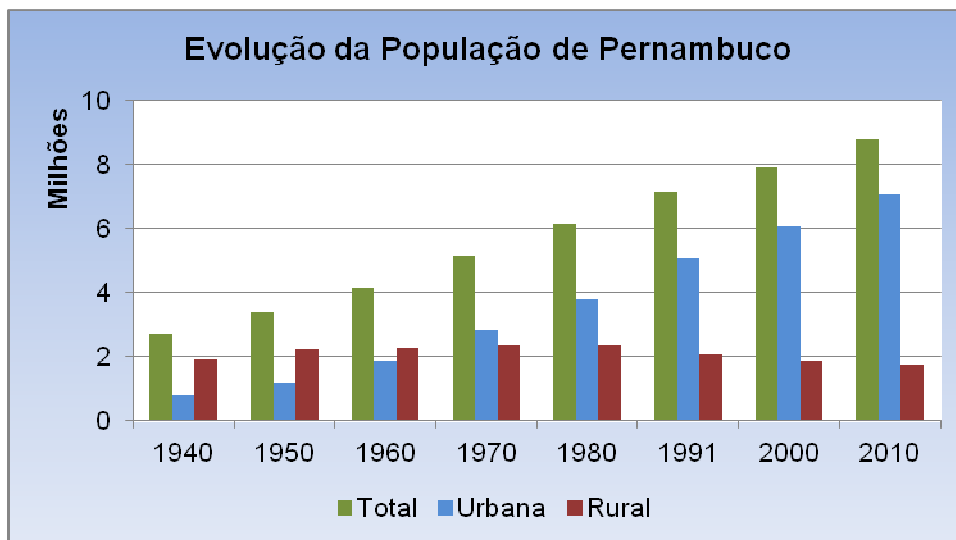
Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população total de Pernambuco estimada para 2015 foi de 9.345.603 habitantes.

### 1.3.2 Produto Interno Bruto de Pernambuco

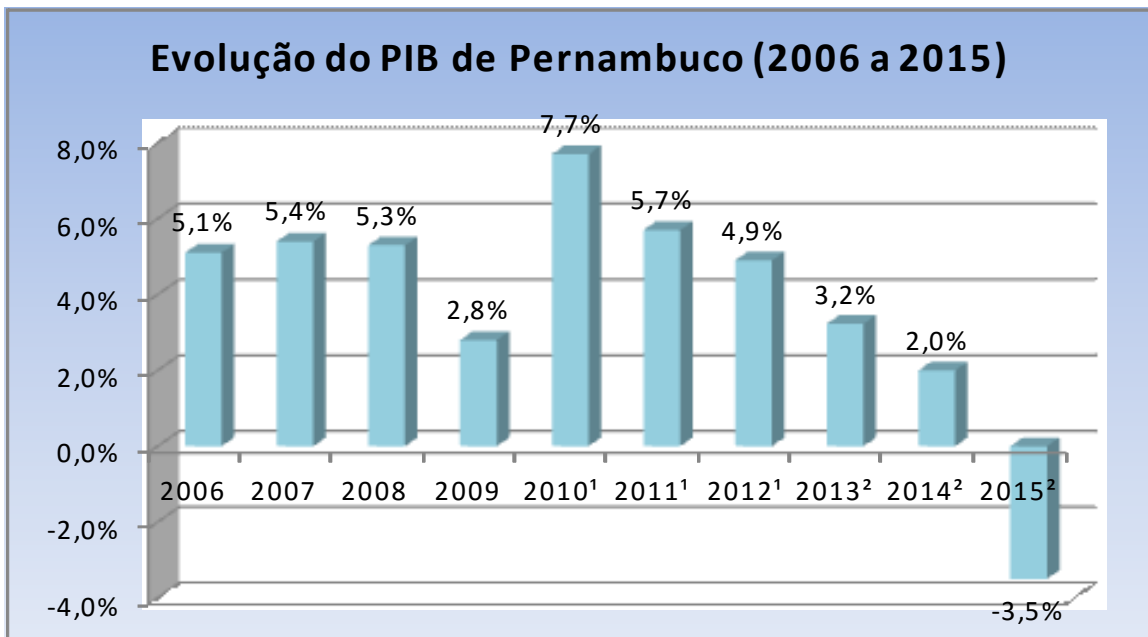
A economia pernambucana apresentou uma contração de 3,5%<sup>2</sup> do seu PIB em 2015, bem abaixo do crescimento de 2,0%<sup>2</sup> apresentado no ano anterior, porém menor que a contração registrada no País, 3,8%. Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2015, em valores correntes, totalizou R\$ 140,7 bilhões<sup>2</sup>.

O gráfico a seguir apresenta a taxa de crescimento do PIB estadual de 2006 até 2015:

<sup>2</sup> Dados preliminares do Sistema de Contas Trimestrais de Pernambuco, sujeitos a alteração. Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (1) Dados preliminares do Sistema de Contas Regionais, sujeitos a alterações;

(2) Dados preliminares do Sistema de Contas Trimestrais de Pernambuco, sujeitos a alterações.

Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, a contração de 3,5% do PIB em 2015 foi decorrente de redução de 6,6% na indústria e 2,7% nos serviços, bem como de crescimento de 5% no setor agropecuário.

O quadro e o gráfico a seguir retratam a evolução da participação percentual das atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) no 'valor adicionado bruto a preços básicos - VAB' de Pernambuco no período de 2004 a 2013.

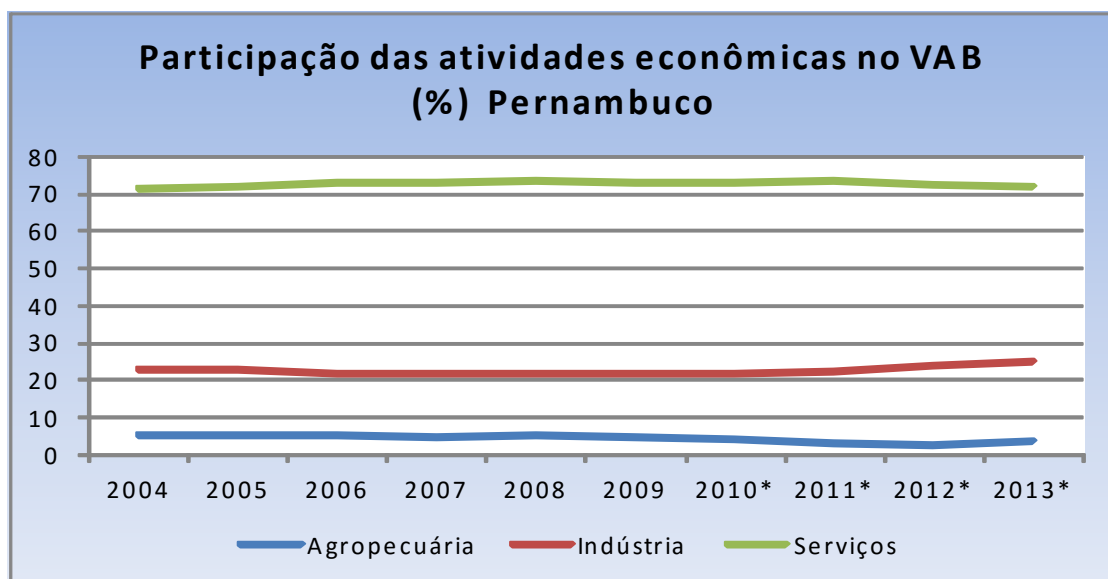
Participação das atividades econômicas no VAB (%) - Pernambuco										
Setores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	2011*	2012*	2013*
Agropecuária	5,12	5,13	5,19	4,77	5,38	4,82	4,49	3,45	2,70	3,50
Indústria	22,88	22,10	21,63	21,95	21,80	21,98	22,14	23,99	25,12	21,60
Serviços	72,00	72,77	73,18	73,28	72,82	73,20	73,37	72,56	72,18	74,90
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (\*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM  
(\*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.

A partir da série histórica observa-se que o setor de serviços é o mais representativo da economia pernambucana, seguido pelo setor industrial e pelo agropecuário. Em 2013 o setor de serviços correspondeu a 74,90% do VAB, o industrial a 21,60% e o agropecuário a 3,50%. Comparando 2013 com 2012, percebe-se um crescimento na participação do setor agropecuário, bem como no setor de serviços, que atinge o maior percentual em dez anos, e uma queda significativa na participação do setor industrial.

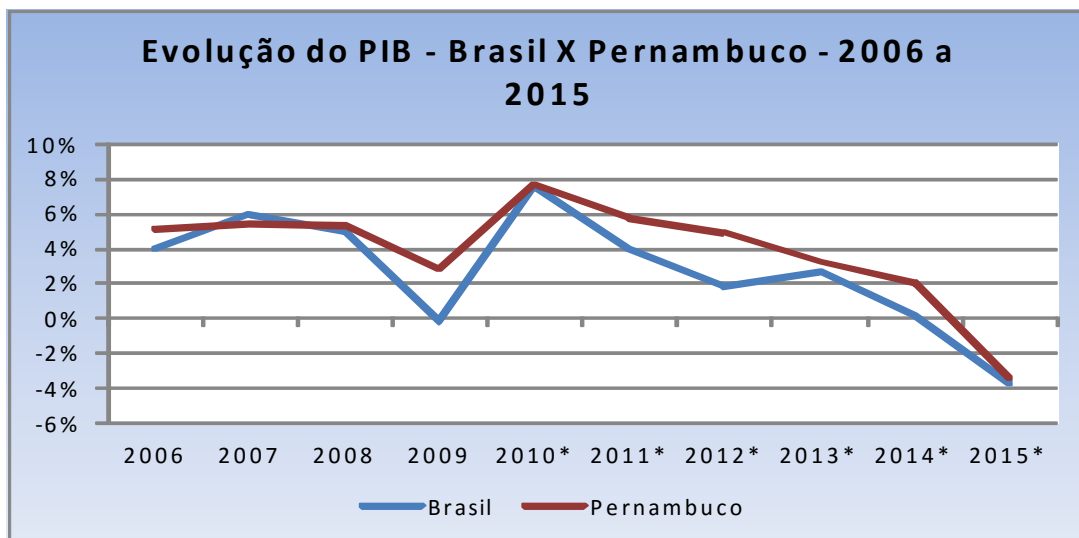
O quadro e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2006 a 2015.

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2006	4,0	5,1
2007	6,0	5,4
2008	5,0	5,3
2009	-0,2	2,8
2010	7,6	7,7
2011	3,9	5,7
2012	1,8	4,9
2013	2,7	3,2
2014	0,1	2,0
2015	-3,8	-3,5

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

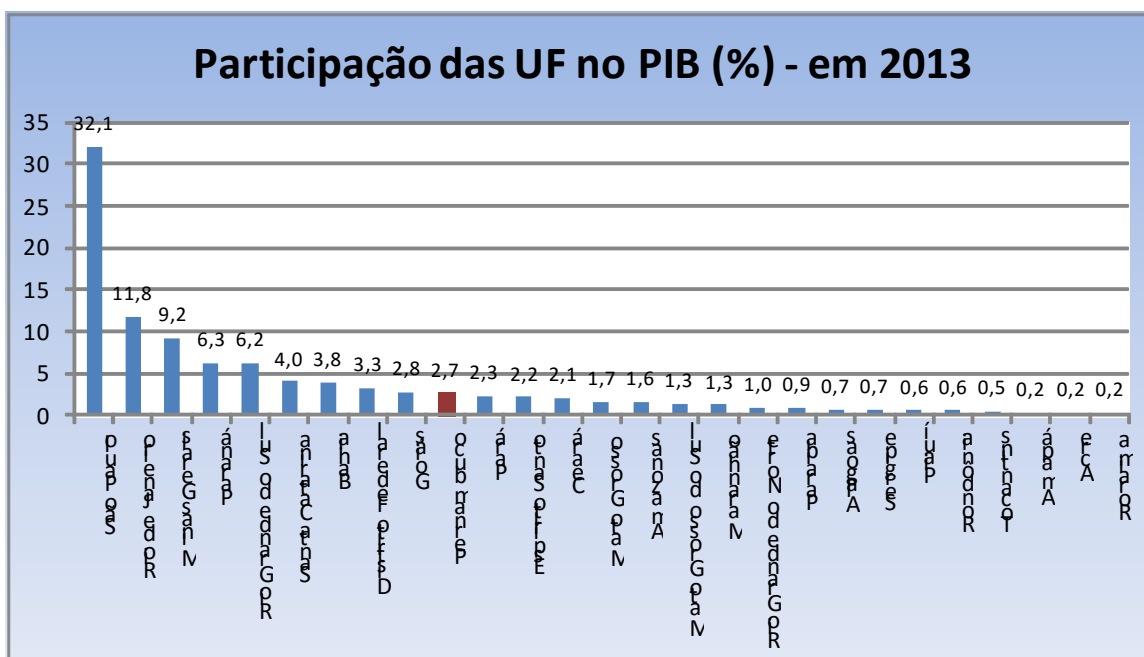


**Fonte:** IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

**Nota:** (\*) Dados preliminares

Observa-se que desde 2006, com exceção de 2007, a economia pernambucana apresenta taxa de crescimento superior a da economia nacional. Com relação a 2015, a taxa de crescimento do PIB pernambucano ficou em -3,5%, enquanto que a nacional registrou -3,8%, portanto a contração da economia pernambucana foi um pouco menor que a nacional.

A seguir temos a representatividade das Unidades da Federação no Produto Interno Bruto – PIB nacional, referente ao ano de 2013, conforme dados obtidos no SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática.



**Fonte:** SIDRA/IBGE.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

Pernambuco ocupou a décima posição no ranking, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Distrito Federal e Goiás. Houve estabilidade da representatividade de Pernambuco no cenário econômico brasileiro, tendo em vista sua participação no PIB nacional ter se mantido igual à de 2012 em 2,7%.

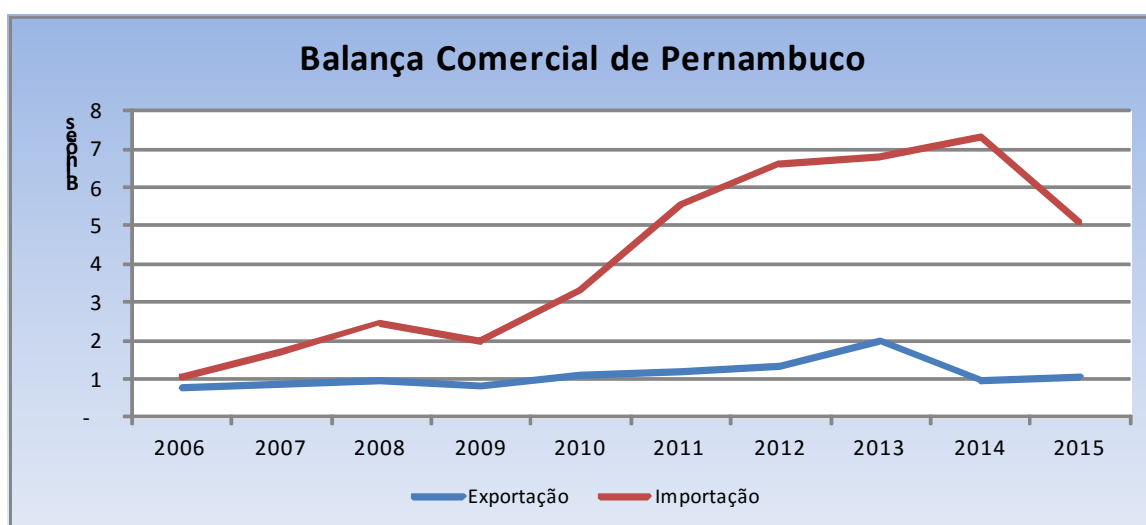
### 1.3.3 Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2006 e 2015.

US\$ FOB<sup>3</sup>

Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2006	781.045.999	1.024.744.738	-243.698.739
2007	870.556.751	1.720.081.692	-849.524.941
2008	937.633.054	2.460.591.948	-1.522.958.894
2009	823.971.896	1.981.372.106	-1.157.400.210
2010	1.112.502.063	3.272.666.080	-2.160.164.017
2011	1.198.969.467	5.534.266.161	-4.335.296.694
2012	1.319.976.345	6.595.543.914	-5.275.567.569
2013	1.991.530.707	6.811.441.973	-4.819.911.266
2014	943.811.567	7.337.140.863	-6.363.329.296
2015	1.046.582.092	5.066.603.620	-4.020.021.528

Fonte: MDIC/SECEX



Fonte: MDIC/SECEX

<sup>3</sup> Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)





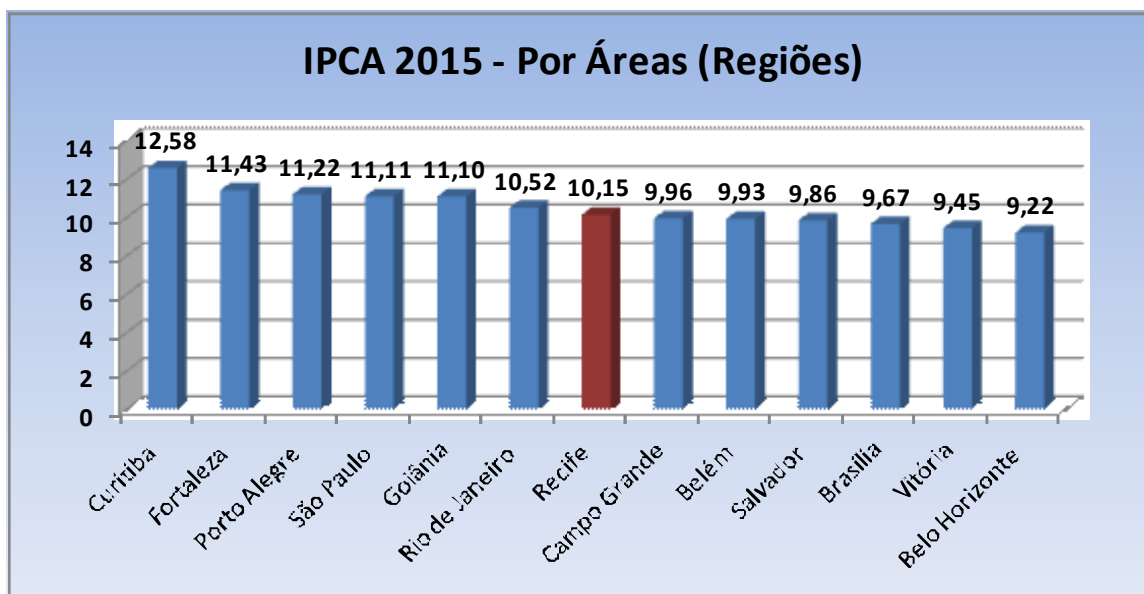
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Em 2015 seu déficit foi da ordem de US\$ 4 bilhões, inferior ao de 2014 que foi de aproximadamente US\$ 6,3 bilhões.

### 1.3.4 Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o índice usado para medir a inflação oficial do País, tendo em vista ter sido escolhido como parâmetro para a sistemática de “metas para a inflação”<sup>4</sup>.

O IPCA é calculado de forma contínua e sistemática para as áreas referentes às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Vitória, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande. O gráfico a seguir compara o IPCA por áreas (regiões) de abrangência, referente ao ano de 2015.



Fonte: IBGE (Indicadores IBGE – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor)

Verifica-se que a Região Metropolitana de Curitiba foi a que apresentou o maior índice de inflação em 2015 dentre as regiões pesquisadas, a saber: 12,58%.

A Região Metropolitana do Recife - RMR apresentou um IPCA de 10,15% em 2015, superior ao índice de 6,32% apurado em 2014.

<sup>4</sup> O Decreto Federal nº 3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de “metas de inflação” como diretriz para a fixação do regime de política monetária. A Resolução do Banco Central nº 2744, de 28 de junho de 2000, estabeleceu que o IPCA é o índice de preços relacionado às metas de inflação.



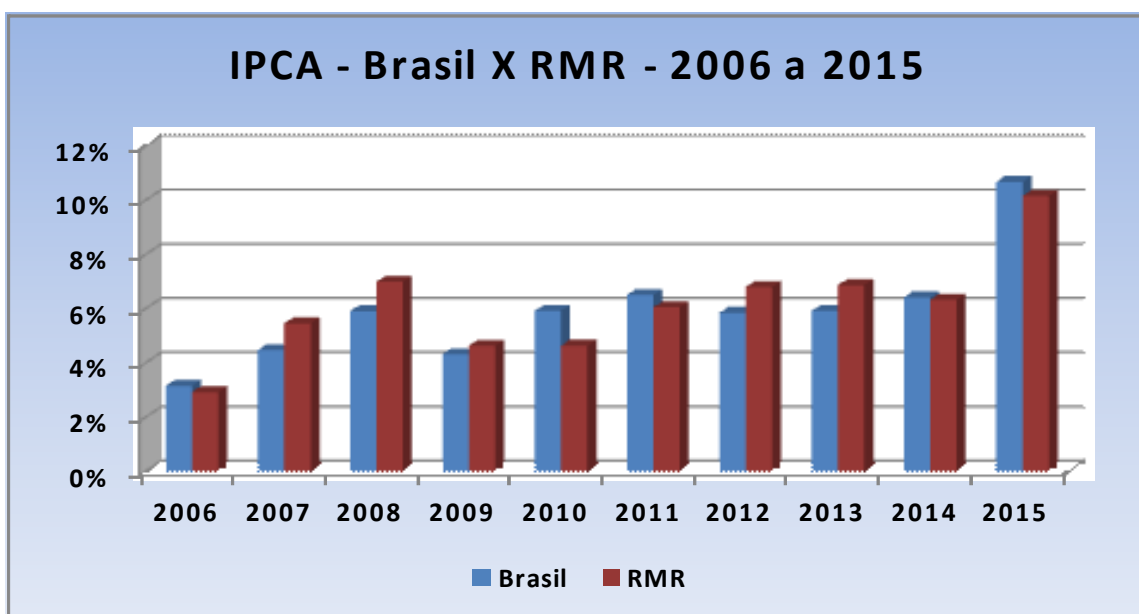
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2006 a 2015.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2006	3,14%	2,91%
2007	4,46%	5,45%
2008	5,90%	6,98%
2009	4,31%	4,62%
2010	5,91%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%
2014	6,41%	6,32%
2015	10,67%	10,15%

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2015 tanto para o Brasil, apresentando taxa de 10,67%, quanto para a RMR, apresentando taxa de 10,15%. Verifica-se ainda que o aumento crescente do IPCA na RMR, registrado desde 2009, embora tenha sido interrompido em 2014, foi retomado de forma significativa em 2015.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

### 1.3.5 Mercado de Trabalho

#### 1.3.5.1 Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil apresentou saldo negativo de 1.542.371 quanto à geração de empregos formais no ano de 2015. A Região Nordeste foi responsável pela redução de 254.402 empregos formais no mesmo ano, o que representa aproximadamente 16,49% do total do saldo negativo gerado a nível nacional.

O estado de Pernambuco apresentou uma perda de 89.561 empregos formais em 2015, aproximadamente 5,8% do total do saldo negativo gerado a nível nacional.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2006 e 2015.

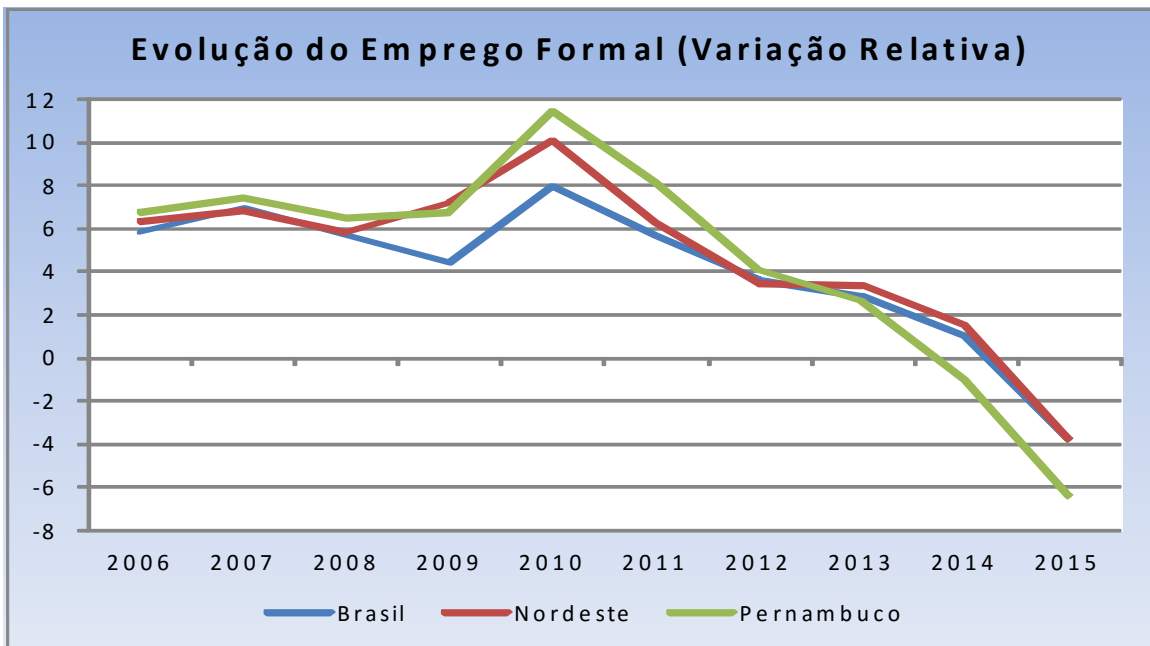
<b>Evolução do Emprego Formal - Variação Relativa (%)*</b>			
<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Pernambuco</b>
2006	5,8	6,29	6,75
2007	6,88	6,87	7,43
2008	5,65	5,84	6,47
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,9	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,6	3,47	4,08
2013	2,88	3,35	2,63
2014	0,98	1,51	-1,01
2015	-3,74	-3,74	-6,43

**Fonte:** MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED

**Nota:** \*Com ajustes



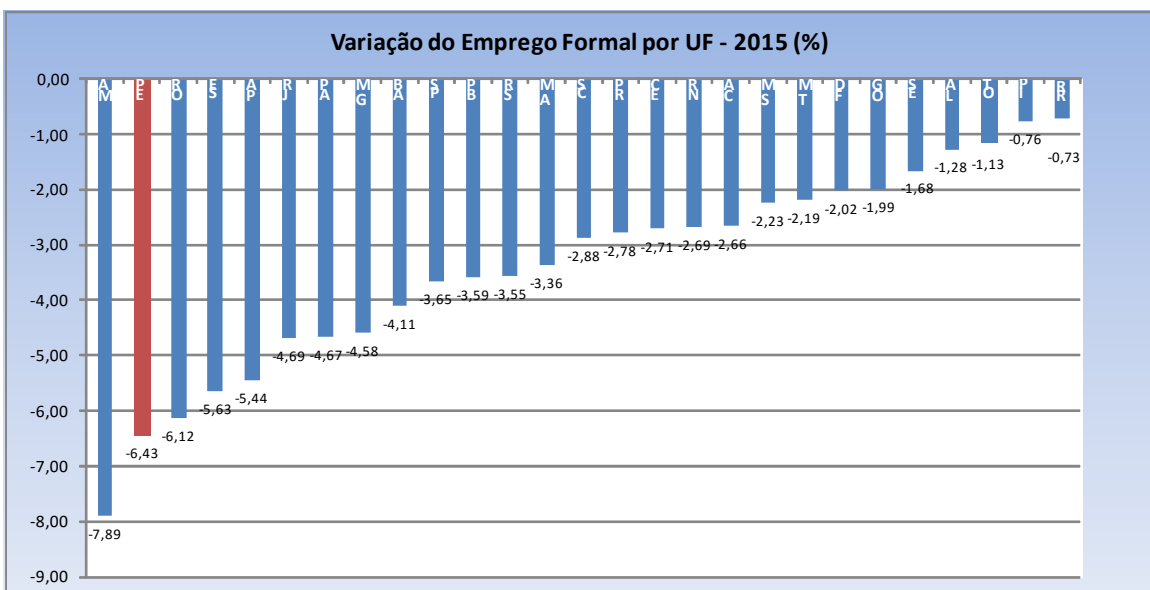
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Observa-se que no período entre 2006 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. A partir de 2013 a taxa de Pernambuco passou a ser inferior à do Brasil e a do Nordeste, chegando a 2015 a uma taxa negativa de -6,43%. Registra-se que a partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio contínuo, chegando em 2015 com os menores valores da série histórica.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2015.



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Os dados do CAGED revelam ainda que em 2015 os desligamentos superaram as admissões em todas as unidades da federação e que Pernambuco ocupou a 26ª posição no ranking nacional em 2015, piorando sua posição em relação a 2014, quando ocupou a 25ª posição.

### 1.3.5.2 Desemprego

O desemprego no Brasil é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego – PME nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desocupação Total, que corresponde ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e no Distrito Federal. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desemprego Total.

Os referidos institutos de pesquisa utilizam critérios diferentes para medição do desemprego. Enquanto a pesquisa do IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, a pesquisa do DIEESE utiliza o critério de desemprego total, que engloba tanto desemprego aberto quanto o desemprego oculto<sup>5</sup>.

A tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as taxas de desocupação das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE no período entre 2006 e 2015:

Taxa de Desocupação, por Regiões Metropolitanas (em %)*							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2006	10,0	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0
2007	9,3	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3
2008	7,9	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9
2009	8,1	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6
2010	6,7	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5

<sup>5</sup> **desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

**desemprego oculto pelo trabalho precário:** pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

**desemprego oculto pelo desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

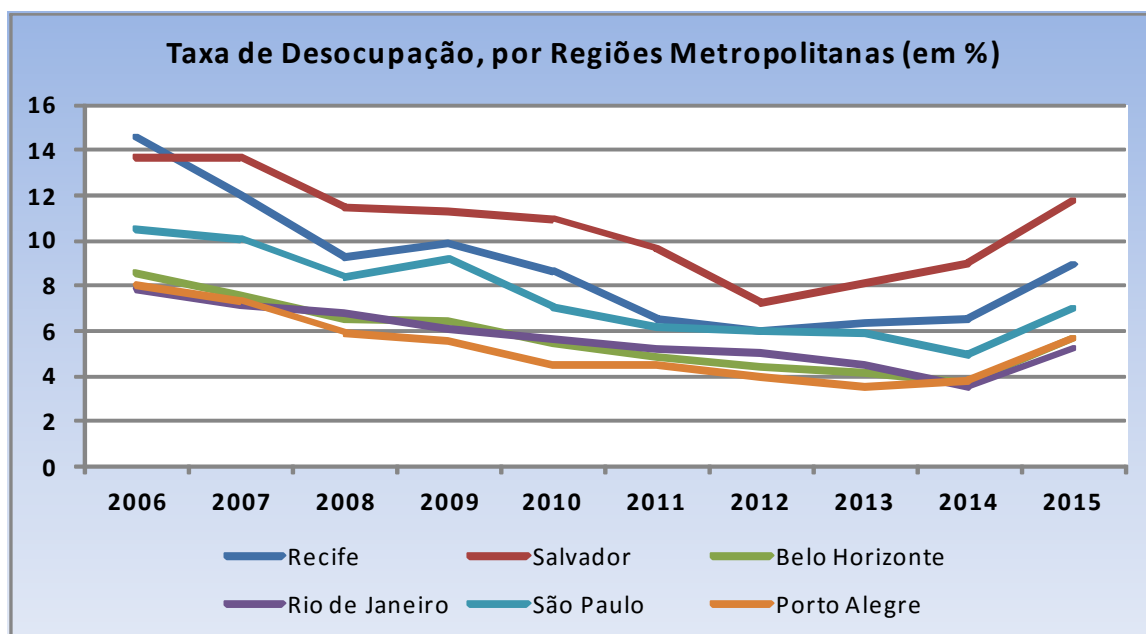


ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Taxa de Desocupação, por Regiões Metropolitanas (em %)*							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2011	6,0	6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5
2012	5,5	6,0	7,2	4,4	5,0	6,0	4,0
2013	5,4	6,4	8,1	4,2	4,5	5,9	3,5
2014	4,8	6,5	9,0	3,7	3,5	5,0	3,8
2015	6,8	8,9	11,8	5,6	5,2	7,0	5,6

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Nota: \*Média das estimativas mensais



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Nota: \*Média das estimativas mensais

Observa-se que, de 2006 a 2011, houve uma trajetória de queda na taxa de desocupação para todas as regiões metropolitanas pesquisadas, havendo, entretanto, uma reversão dessa tendência nas regiões metropolitanas de Recife e de Salvador de 2012 a 2014. Em 2015, todas as regiões metropolitanas pesquisadas apresentaram elevação da taxa de desocupação, ressaltando-se que as taxas das regiões metropolitanas de Salvador (11,8%) e de Recife (8,9%) foram as mais altas.

Com relação à taxa de desemprego pesquisada pelo DIEESE, a tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Fortaleza e o Distrito Federal para o período de 2005 a 2014.

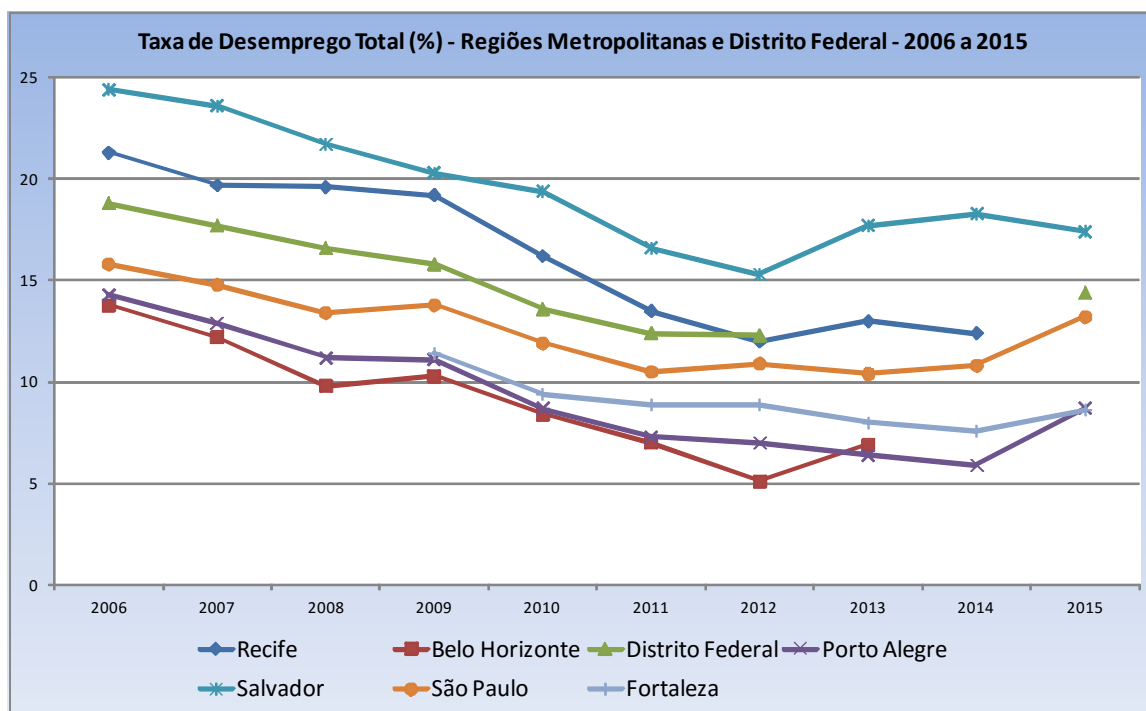


ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Taxa de Desemprego Total - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2006 a 2015 (%)							
Ano	Recife	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Salvador	São Paulo	Fortaleza
2006	21,3	13,8	18,8	14,3	23,6	15,8	-
2007	19,7	12,2	17,7	12,9	21,7	14,8	-
2008	19,6	9,8	16,6	11,2	20,3	13,4	-
2009	19,2	10,3	15,8	11,1	19,4	13,8	11,4
2010	16,2	8,4	13,6	8,7	16,6	11,9	9,4
2011	13,5	7,0	12,4	7,3	15,3	10,5	8,9
2012	12,0	5,1	12,3	7,0	17,7	10,9	8,9
2013	13,0	6,9	-	6,4	18,3	10,4	8,0
2014	12,4	-	-	5,9	17,4	10,8	7,6
2015	-	-	14,4	8,7	18,7	13,2	8,6

Fonte: DIEESE

Nota: A pesquisa em Fortaleza teve início em 2009. Não há informações a respeito da taxa de desemprego total das regiões metropolitanas de Belo Horizonte referentes aos anos de 2014 e 2015, do Distrito Federal referentes aos anos de 2013 e 2014 e do Recife referentes ao ano de 2015, até o término da elaboração do presente relatório.



Fonte: DIEESE

Verifica-se que as taxas de desemprego medidas pelo DIEESE são maiores que as medidas pelo IBGE. Como dito anteriormente, o conceito dado pelo DIEESE para esse indicador é mais abrangente que o dado pelo IBGE.

Observa-se nos dados do DIEESE que, em 2015, apenas a região metropolitana de Salvador apresentou queda na taxa de desemprego, em relação a 2014,

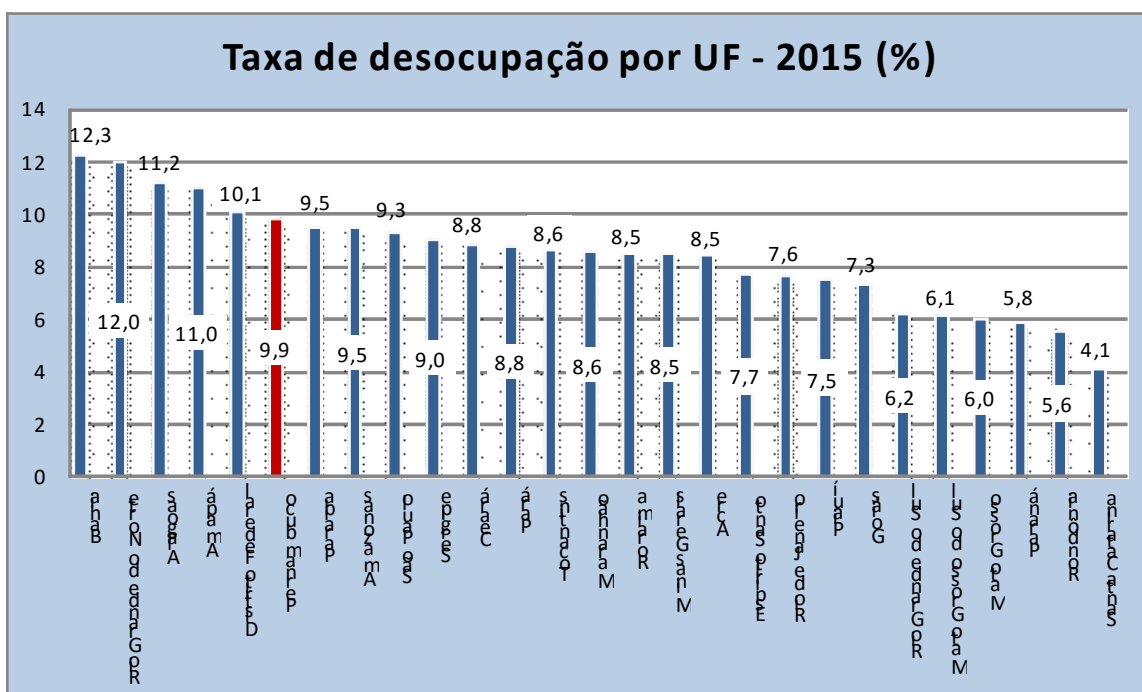


**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

enquanto as demais regiões metropolitanas ou apresentaram elevação da taxa ou não apresentaram medição.

Verifica-se que as maiores taxas para ambos indicadores no período retratado foram observadas na RM de Salvador, seguida da RM do Recife, salientando que em 2015 não houve medição para a RM do Recife.

Além da Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada pelo IBGE, o referido órgão também realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Por meio desta última foi obtida a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as unidades da federação, ano 2015, conforme gráfico a seguir.



**Fonte:** IBGE, PNAD Contínua – Trimestre: janeiro a março 2016 – Dados referentes à média anual do ano de 2015.

A taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco foi de 9,9% em 2015. Observa-se que Pernambuco ocupou a sexta pior posição no ranking nacional, caindo duas posições em relação a 2014 e ficando também acima da média nacional que foi de 8,5%

### 1.3.5.3 Rendimento

Por meio da Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE é obtido o “rendimento médio real habitual da população ocupada, por região metropolitana”. Tal pesquisa é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.





ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

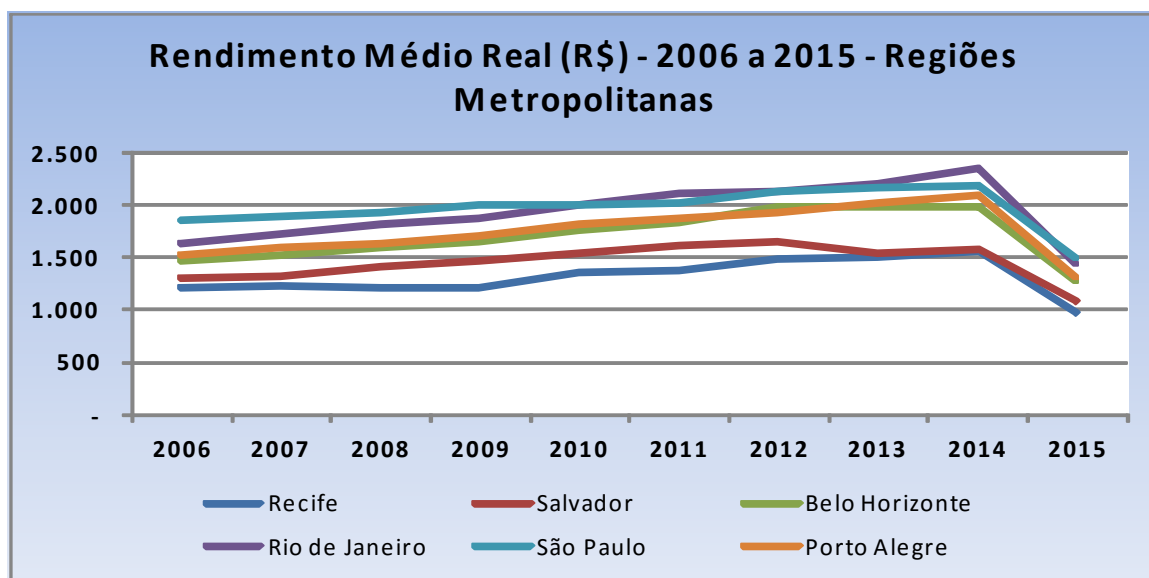
Seguem tabela e gráfico demonstrando as médias anuais do referido indicador nas regiões metropolitanas pesquisadas no período de 2006 a 2015:

Em R\$ 1,00

Rendimento Médio Real - 2006 a 2015 - Regiões Metropolitanas *							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2006	1.647,78	1.205,13	1.296,91	1.471,89	1.630,75	1.853,26	1.532,12
2007	1.700,36	1.237,23	1.330,01	1.525,26	1.725,29	1.887,29	1.596,85
2008	1.758,09	1.220,12	1.419,19	1.595,45	1.815,74	1.931,88	1.637,07
2009	1.813,88	1.207,35	1.468,10	1.660,72	1.874,34	1.992,85	1.711,57
2010	1.881,96	1.353,04	1.533,98	1.754,08	2.004,88	2.001,38	1.824,05
2011	1.933,04	1.384,41	1.613,44	1.832,58	2.103,49	2.014,97	1.871,58
2012	2.012,15	1.489,89	1.658,55	1.974,82	2.123,33	2.121,74	1.918,86
2013	2.049,35	1.500,82	1.545,91	1.991,54	2.205,31	2.163,24	2.018,86
2014	2.104,16	1.562,21	1.572,23	1.989,73	2.346,50	2.192,43	2.084,71
2015	1.365,17	979,09	1.091,39	1.268,51	1.422,58	1.477,56	1.299,50
<b>Variação (%) 2015 - 2006</b>	-17,15%	-18,76%	-15,85%	-13,82%	-12,77%	-20,27%	-15,18%

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME – Dezembro 2015

Nota: \*Rendimento médio real habitual da população ocupada, a preços de dezembro de 2015. Médias das estimativas mensais.



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME – Dezembro 2015

Nota: \* Rendimento médio real habitual da população ocupada, a preços de dezembro de 2015. Médias das estimativas mensais.

Observa-se o crescimento do rendimento médio real em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, entre 2006 e 2014, tendência essa que foi drasticamente interrompida em 2015, onde todas as regiões metropolitanas pesquisadas apresentaram rendimento médio menor do que o alcançado em 2006. A Região Metropolitana do

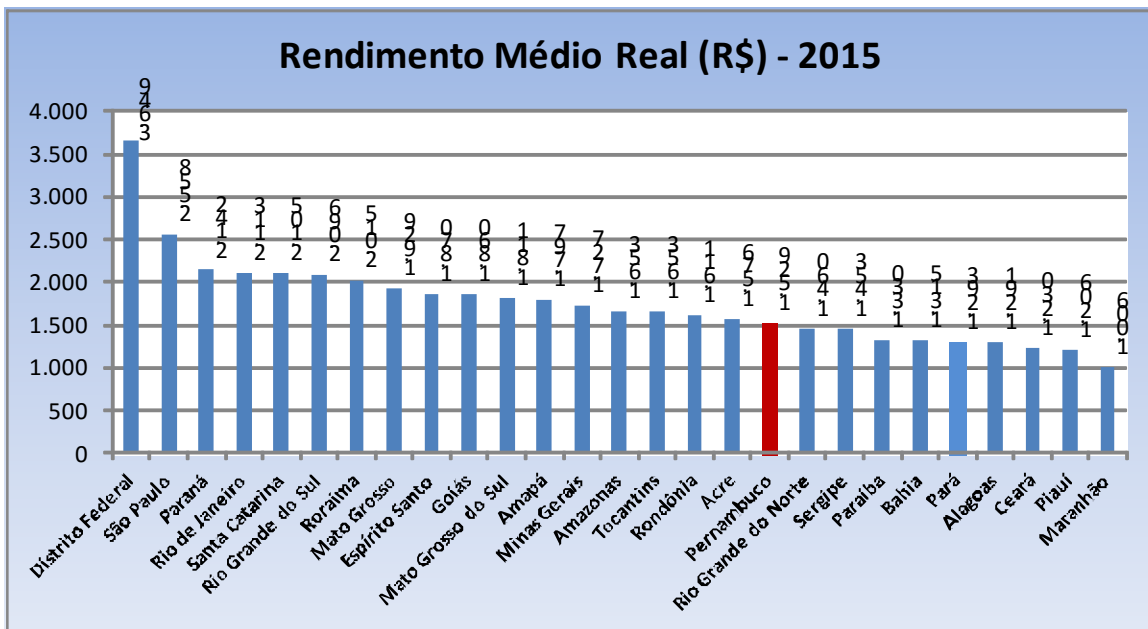


**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

Recife – RMR apresentou em 2015 uma redução de 18,76% em relação a 2006, ficando com resultado menos negativo apenas do que a Região Metropolitana de São Paulo, que apresentou redução de 20,27%.

Verifica-se ainda que em todo o período retratado o rendimento médio real habitual da população ocupada na RMR foi o menor dentre todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Em 2015 o referido indicador na RMR foi de R\$ 979,09.

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2015, também realizada pelo IBGE, foi obtido o Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por unidade da federação, ano 2015, conforme gráfico a seguir:



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua– PNAD Contínua 2015

**Nota:** O rendimento está deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Observa-se que Pernambuco não está bem posicionado no ranking nacional, ocupando a 18ª posição, com rendimento médio real em 2015 de R\$ 1.529,00, ficando abaixo da média nacional (R\$ 1.941,00) e de diversas unidades da federação, conforme ilustrado no gráfico anterior.

#### 1.3.5.4 Nível de Emprego *versus* Atividade Econômica

Diante da queda expressiva dos indicadores relacionados ao Mercado de Trabalho de Pernambuco, foi solicitada uma análise das causas de tal desempenho à Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, através do Ofício GC02/DCE/DIPE - Contas do Governo nº19/2016, doc.17, p. 7.

A Agência ressalva, a princípio, que há consenso entre os economistas que o nível de emprego está diretamente relacionado com a atividade econômica (mensurada



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

pelo PIB). Como o PIB pernambucano apresentou queda de 3,5% em relação ao ano anterior, explica-se a queda no emprego formal de 6,45%, salientando que neste último indicador consideram-se apenas os trabalhadores “celetistas”, que representam 36% das ocupações totais do estado. Vide Ofício CONDEPE/FIDEM 003/2016-DEPE, doc. 17, p. 1-6.

Quando analisa a evolução do emprego por subsetores de atividades econômicas, a agência demonstra que apenas a atividade agropecuária apresentou resultado positivo, devido ao bom desempenho da produção canavieira da Mata Pernambucana e da fruticultura irrigada do São Francisco.

Queda significativa ocorreu na construção civil, que respondeu por cerca de um terço da perda de empregos formais no estado. Segundo a Agência, a conclusão do conjunto de obras - relacionadas com investimentos privados elevados, especialmente na construção dos estaleiros, da refinaria e da petroquímica em SUAPE, mas também das indústrias alimentares de carnes processadas e laticínios na Mata e no Agreste e do polo automotivo na Mata e norte metropolitano, bem como investimentos públicos em rodovias, ferrovias, portos, infraestrutura e redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário e ainda em habitação popular, escolas e universidades, hospitais e unidades de saúde - apontava para uma desativação de parte dos postos gerados durante o ciclo de expansão que vai de meados da década passada até 2013.

Entretanto, a desativação esperada de postos, oriunda da conclusão de obras, coincidiu com o período de retração da economia nacional e com as ações judiciais sobre a cadeia produtiva de petróleo e gás, Petrobrás e seus fornecedores, com reflexos diretos na indústria naval e petroleiro-petroquímica, impactando profundamente a construção civil em Pernambuco.

Demonstra também que a indústria de transformação, nas antigas e novas cadeias produtivas, foi impactada pela dinâmica da economia brasileira, gerando queda no emprego formal de 7,57%, enquanto seu PIB caiu 2,3%. Salientam que, em meio à crise, o polo automotivo de Goiana e Norte metropolitano se apresenta como “uma das expressões do novo perfil produtivo estadual”, contribuindo para o crescimento de 12,56% no emprego formal na indústria do material de transporte.

A análise aponta que o setor terciário, responsável pela maioria do emprego formal no estado, apresentou o restante da redução do emprego formal, como reflexo dos desempenhos negativos do setor produtor de bens (especialmente industrial).

Afirma ainda que a taxa de desemprego concentrou-se no interior do estado, tendo em vista que se manteve estável na Região Metropolitana do Recife - RMR entre 2014 e 2015 e que o rendimento médio real sofreu queda em todas as atividades e posições ocupacionais, sendo menor na capital (-5,3%) e maior na RMR (-17,7%).

Conclui, portanto, que o emprego formal e o emprego em geral no estado de Pernambuco foram afetados por uma série de impactos diferenciados, refletindo o período recessivo por que passa a economia brasileira.



Para resumir a análise realizada pelos especialistas em mercado de trabalho da Agência CONDEPE/FIDEM, os principais fatores que contribuíram para a queda do nível do emprego em Pernambuco são expressos na figura a seguir:



**Fonte:** Equipe de auditoria, com base nas informações da Agência CONDEPE/FIDEM

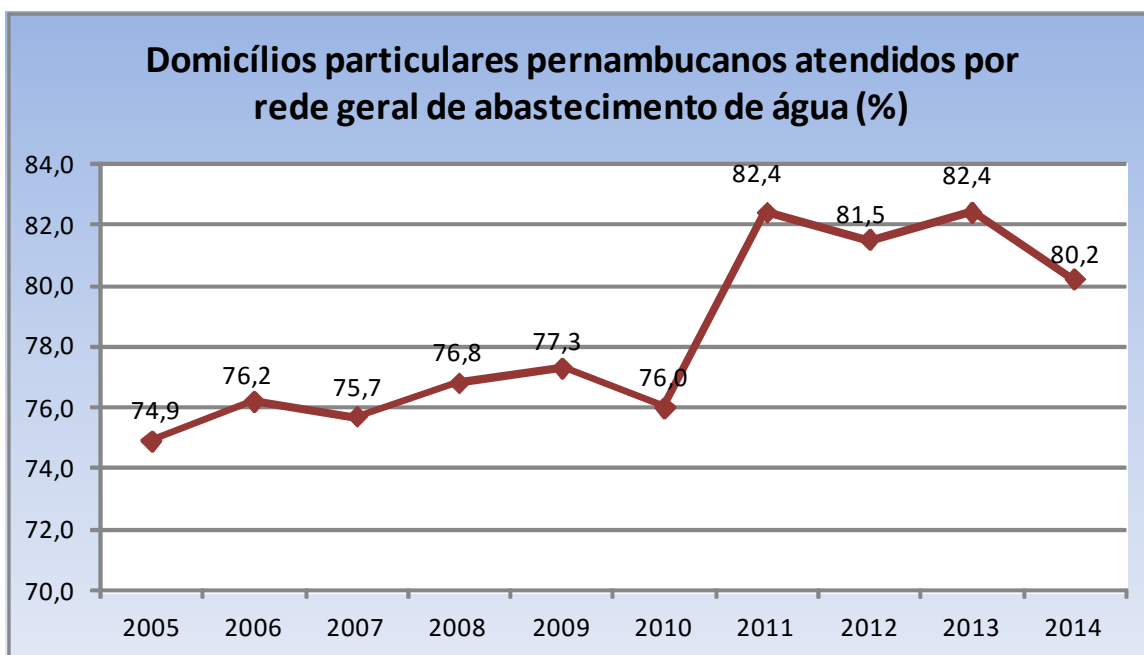
Diante do exposto, pode-se afirmar que as justificativas apresentadas são plausíveis e requerem acompanhamento nos próximos exercícios, especialmente com relação ao desempenho dos estaleiros, que dependem diretamente da política de expansão da Petrobrás na construção de navios e que pode gerar novas e expressivas reduções de emprego.

### 1.3.6 Saneamento

Os gráficos a seguir retratam o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água bem como pela rede coletora de esgoto, no período de 2005 a 2014. Também será feita comparação entre o percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços no ano de 2014.

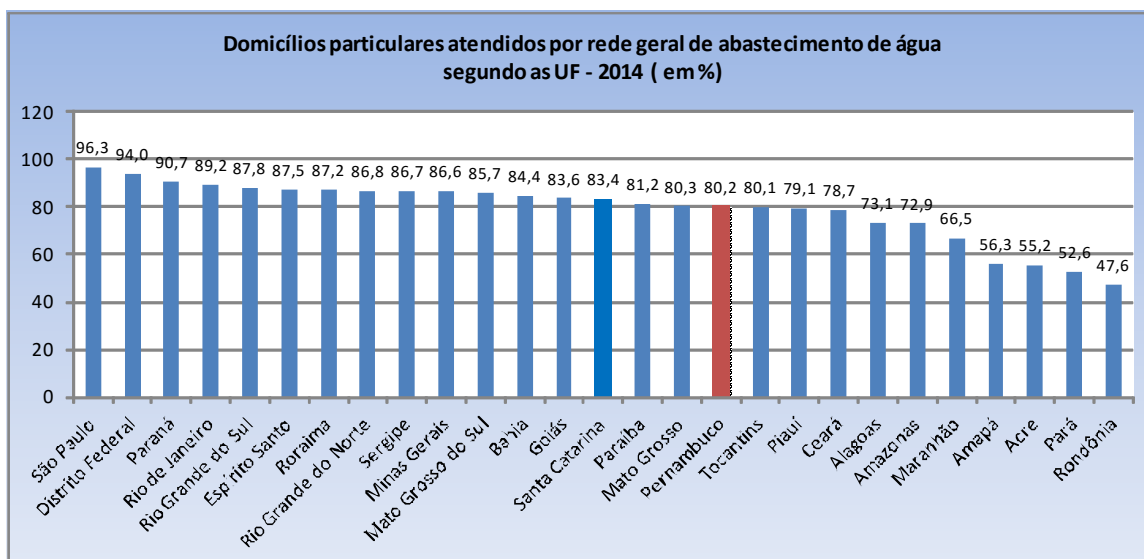


ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: 2005 a 2009, 2011 e 2013 – IBGE/PNAD, Síntese de Indicadores Sociais.  
2010 - IBGE, Censo Demográfico 2010.  
Sistema SIDRA – IBGE.

Observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede geral de abastecimento de água, passando de 74,9% em 2005 para 80,2% em 2014. Mas, o percentual de 2014 sofreu queda em relação ao exercício de 2013, que apresentou 82,4%.



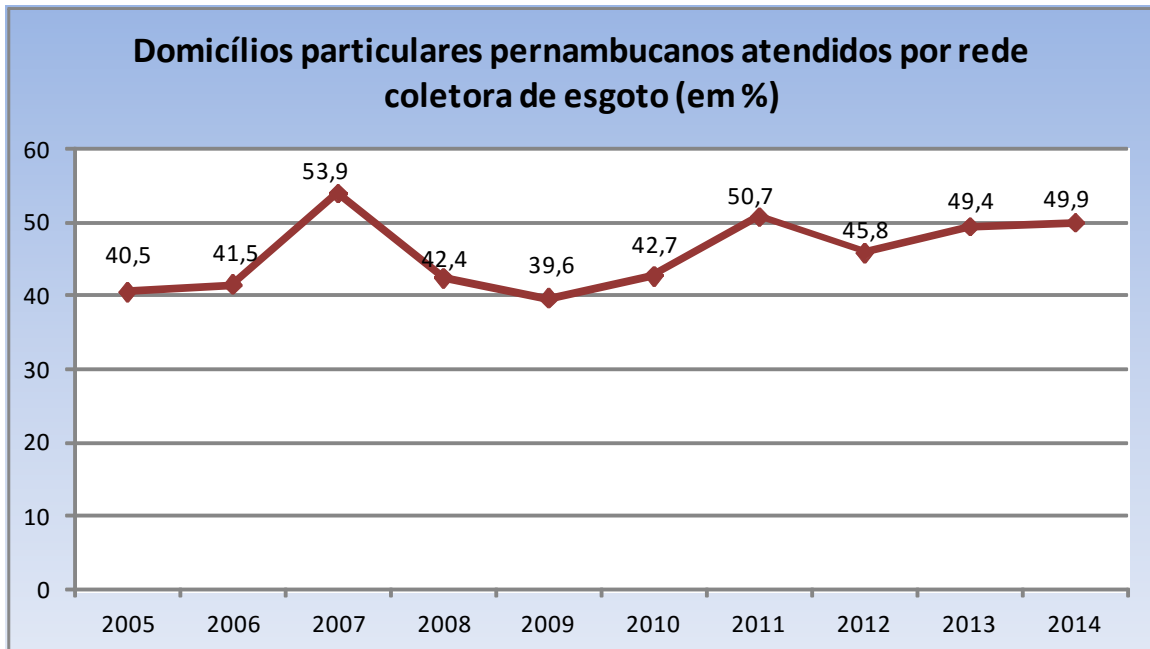
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

No ano de 2014, Pernambuco ocupou a 17ª posição no ranking nacional, sendo São Paulo o estado mais bem posicionado, com 96,3% dos domicílios particulares atendidos por rede geral de abastecimento de água e Rondônia o estado em pior situação,



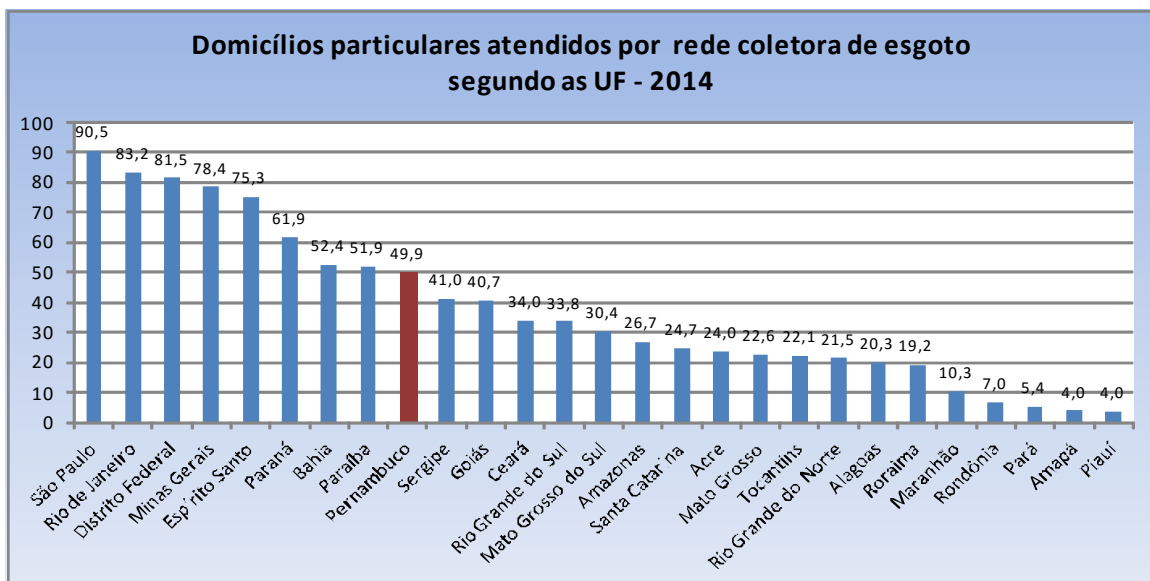
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

com apenas 47,6% dos domicílios ligados à rede. O referido indicador para Pernambuco, 80,2%, foi inferior à média nacional, 85,4%.



Fonte: 2004 a 2009, 2011 e 2013 – IBGE/PNAD, Síntese de Indicadores Sociais.  
2010 - IBGE, Censo Demográfico 2010.  
Sistema SIDRA - IBGE

Verifica-se que o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede coletora de esgoto é bem menor do que os atendidos por rede geral de abastecimento de água. Observa-se um aumento no percentual de domicílios do estado ligados à rede de esgoto no período retratado, passando de 40,5% em 2005 para 49,9% em 2014.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Em 2014 Pernambuco ocupou a 9<sup>a</sup> posição no ranking nacional, sendo São Paulo o estado mais bem posicionado, com 90,5% dos domicílios particulares atendidos por rede coletora de esgoto, e Piauí junto com o Amapá os estados em pior situação, com apenas 4,0% dos domicílios ligados à rede. O referido indicador para Pernambuco (49,9%) foi inferior à média nacional (57,6%), porém maior que o ano de 2013 (49,4%).

#### **1.4 Considerações finais**

Com base nos indicadores abordados no presente relatório, segue síntese do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco no ano de 2015.

A taxa de crescimento (contração) do PIB pernambucano em 2015 (-3,5%) foi inferior à taxa positiva aferida em 2014 (2,0%), entretanto essa contração foi menor do que a obtida nacionalmente (-3,8%). Observa-se ainda que, de 2006 a 2014, com exceção do ano de 2007, o crescimento da economia pernambucana tem sido superior ao crescimento da economia nacional. O principal setor da economia do estado é o de serviços. A participação do setor industrial na economia pernambucana, por sua vez, até 2012 vinha aumentando, mas sofreu redução em 2013.

A balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária. Seu déficit em 2015, da ordem de US\$ 4 bilhões, foi inferior ao observado em 2014, que foi de aproximadamente US\$ 6,3 bilhões.

Em relação à inflação, o IPCA da RMR do ano de 2015 (10,15%) foi superior ao registrado no ano de 2014 (6,32%), ficando também abaixo do índice nacional (10,67%).

Com relação ao mercado de trabalho, o estado de Pernambuco apresentou uma perda de 89.561 empregos formais em 2015, a taxa de geração de empregos formais no estado vem caindo desde 2010, passando de 11,41% no referido ano para -6,43% em 2015. Quando comparado com as demais unidades da federação, Pernambuco ocupou a 26<sup>a</sup> posição no ranking nacional em 2015, piorando sua posição em relação a 2014, quando ocupou a 25<sup>a</sup> posição.

No tocante ao desemprego, a taxa de desocupação das pessoas de 14 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco medida pelo IBGE por meio da PNAD Contínua, foi de 9,9% em 2015. Quando comparado com as demais unidades da federação, observa-se que Pernambuco ocupou a sexta pior posição no ranking nacional, ficando também acima da média nacional que foi de 8,5%.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por unidade da federação, medido pelo IBGE por meio da PNAD Contínua para o estado de Pernambuco em 2015 foi de R\$ 1.529,00. Verifica-se que Pernambuco ocupou a 18<sup>a</sup> posição no ranking nacional, ficando abaixo da média nacional que foi de R\$ 1.941,00.

Por fim, no tocante ao saneamento, observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede geral



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

de abastecimento de água, passando de 74,9% em 2005 para 82,4% em 2013. Mas, o percentual de 2014 (80,2%) sofreu queda em relação ao exercício de 2013. Quanto ao percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede coletora de esgoto, ele é bem menor do que o dos atendidos por rede geral de abastecimento de água. Porém, observa-se um aumento no percentual de domicílios do estado ligados à rede de esgoto no período retratado, passando de 40,5% em 2005 para 49,9% em 2014.

As questões sociais relativas à educação e à saúde serão abordadas em capítulos específicos ao longo deste relatório.